



## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

Ilmº. Srº. Presidente da Comissão de Licitação do Município de Canaã dos Carajás - PA.

Tomada de Preços Nº004/2015 - Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para a execução de obra de construção de uma escola, contendo seis salas de aula, a ser construída na Rua Tocantins, s/n, Vila Planalto, distrito do município de Canaã dos Carajás - PA.

**CONSTRUTORA M & P LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 06.011.897/0001-35, com sede na Rua Manoel Borges, nº 134, bairro Novo Horizonte, Canaã dos Carajás - Pa, CEP 68537-000, neste ato, representada por sua procuradora, Sra. Poliana Neres de Sousa Silva, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem respeitosamente, com fulcro no artigo 109, I, c, por meio de sua representante, interpor **Recurso Administrativo**, contra os atos do presidente da Comissão de Licitação de Canaã dos Carajás - PA, em especial contra a habilitação das empresas WHITE TRATORES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CACTUS CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E INCORPORAÇÕES LTDA EPP E SAMAVI CONSTRUTORA LTDA EPP, tudo com base nos argumentos de fato e de direito a seguir delineados.

### DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente recurso apresenta-se tempestivo, pois manifestado no prazo estabelecido no edital de convocação, o qual prevê o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de recurso que vise à reconsideração dos atos que inabilitaram a licitante.

Considerando que a data em que a Ata da sessão de Habilitação foi divulgada no dia 14 de agosto de 2015 é incontroverso que o presente recurso se encontra tempestivo, uma vez que, o prazo para sua interposição termina em 21 de agosto de 2015.

RECEBI EM 21/08/2015  
HORÁRIO 10:50



## **Construtora M & P LTDA**

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

### **DOS FATOS**

A empresa, ora recorrente, insurge-se contra a habilitação das empresas WHITE TRATORES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CACTUS CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E INCORPORAÇÕES LTDA EPP E SAMAVI CONSTRUTORA LTDA EPP, uma vez que não apresentaram todos os documentos exigidos pelo edital convocatório, o que atenta diretamente contra os princípios da vinculação ao Instrumento convocatório, ao Princípio da Isonomia e consequentemente da Legalidade.

Diante do exposto, vamos discorrer sobre os vícios que não permitem a habilitação das empresas citadas acima.

### **DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SAMAVI CONSTRUTORA LTDA EPP EM CLARA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

Neste momento viemos insurgir-nos contra a habilitação da empresa SAMAVI, uma vez que apresentou diversas irregularidades em sua documentação, vejamos:

### **DA VISITA TÉCNICA**

A empresa apresentou declaração de visita técnica nula visto que não cumpriu os requisitos necessários para a realização da visita e para a emissão da referida declaração, vejamos:

Nos termos do edital de convocação, a empresa que tivesse interesse em participar do certame precisaria apresentar documentos de credenciamento para a realização da visita técnica. O item 2.2 do documento dispõe sobre a realização da visita técnica e de suas exigências e aponta as seguintes regras a serem seguidas pelos licitantes:





## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES Nº134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

### 2.2. Visita ao local da obra:

2.2.1 - A visita técnica deverá ser acompanhada e ter seu termo de visita assinado por profissional com capacidade técnica para a execução do objeto sob licitação, qual seja, Engenheiro pertencente ao Quadro Técnico da empresa, devidamente credenciado para este fim.

2.2.2. Fica estabelecido o dia 10 de Julho de 2015, às 09:00(nove) horas, para os interessados procurarem à Comissão Permanente de Licitação no endereço fixado no preâmbulo deste Edital, através do representante credenciado, conforme estabelecido no item anterior, que, acompanhado de pessoal indicado pela CPL, representando a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, visitará os locais das obras objeto da presente licitação, para constatar as condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos.

2.2.3.. Serão exigidos dos Licitantes para o Credenciamento na Visita Técnica os seguintes documentos:

2.2.4. Carta de credenciamento com firma reconhecida em cartório, juntamente com cópia autenticada do instrumento constitutivo da licitante, na forma prevista neste Edital;

2.2.4. Cópia autenticada em cartório da carteira do CREA dos responsáveis técnicos pela visita técnica.

2.2.5. Cópia da certidão emitida pelo CREA onde consta o nome do RT, que deve ser responsável técnico da licitante.

2.2.6 Na data e horário estabelecidos o representante da empresa comparecerá ao local de execução dos serviços, levando a declaração de visita já preenchida, conforme modelo fornecido no Anexo III deste edital. Ao chegar ao local de execução dos serviços o representante da empresa se identificará para o representante do PMCC/SEOP, munido de credencial assinada pelo representante legal da empresa, e procederá a visita. Depois de concluída a visita o representante da empresa e o representante da PMCC/SEOP assinarão a Declaração.

Observe, ilustre presidente, que para realizar a visita técnica a empresa interessada deveria apresentar Carta de Credenciamento **com firma reconhecida em cartório**, cópia autenticada do instrumento constitutivo da licitante, cópia **autenticada em cartório** da carteira do CREA dos responsáveis técnicos pela visita e cópia da certidão do CREA onde consta o nome do responsável técnico da licitante.

Ocorre D. Presidente que a empresa ora recorrida não apresentou nenhum dos documentos que a credenciariam a participar da referida visita, ou seja, a empresa recorrida não está participando em igualdade de condições com as demais licitante porque recebeu benefícios que não foram deferidos aos demais.

Compulsando os autos do procedimento, mais especificamente, os documentos referentes à realização da visita técnica, pudemos constatar que a empresa em questão não apresentou nenhum dos documentos exigidos para a realização da referida visita, o que certamente torna nula a declaração de visita da mesma, visto que esta sequer poderia realizar a visita técnica por total descumprimento das exigências do edital de convocação.

De fato a empresa jamais poderia apresentar tais documentos, visto que na data em que a visita foi realizada, o engenheiro Luis Sérgio Domingues, apontado como Responsável Técnico - RT da empresa não constava do quadro da mesma, e não constava da certidão do CREA, ou seja, não havia como a empresa apresentar a certidão do CREA da empresa com a inclusão do RT apontado nos autos porque o mesmo só passou a ser RT da empresa em 30 de agosto de 2015, o que pode ser



## **Construtora M & P LTDA**

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

comprovado pela certidão juntada aos autos para a habilitação da empresa em 31/07/2015, documento de folhas 1556.

Por certo que essa D. Comissão não irá permitir a continuação de uma empresa que não atendeu aos ditames editalícios, visto que a continuação da recorrida será uma grave afronta ao Princípio da Isonomia entre os licitantes, o que não pode, sob hipótese alguma, prosperar neste certame.

O que estamos tratando neste momento é da regularidade de um documento apresentado para a habilitação, não há como negar que a empresa não possuía responsável técnico por ocasião da visita técnica e não apresentou a certidão do CREA, exigida para a realização da visita, logo, a declaração em questão é nula de pleno direito por ser emitida por pessoa que não estava qualificada para tal, que seja engenheiro que não era responsável técnico pela empresa.

### **DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

A empresa recorrida apresentou como responsável técnico o engenheiro Luiz Sérgio Domingues, contratado em 21 de julho de 2015, e incluído como RT no dia 30 de julho de 2015.

Ocorre que, segundo a Certidão do CREA do referido engenheiro, apresentada para a habilitação da empresa, o engenheiro já é responsável por duas outras empresas, sendo estas, a J Naves Construções LTDA EPP, inscrita no CNPJ 19.913.810/0001-67, localizada no município de Xinguara, na qual trabalha 4 horas por dia, com inscrição por período indeterminado e pela empresa E de S Araújo e Cia LTDA ME, inscrita no CNPJ 08.847.174/0001 - 04, localizada no município de Redenção, onde trabalha também por 4 horas e por tempo indeterminado.

Irregular a sua inscrição como RT de mais uma empresa, visto que tal pleito é vedado pela resolução 336/89 do CONFEA, segundo a qual o engenheiro não pode responder por três empresas, vejamos:

Art. 18 - Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua firma individual, quando estas forem enquadradas por seu objetivo social no artigo 59 da Lei nº 5.194/66 e caracterizadas nas classes A, B e C do artigo 1º desta Resolução.

Esse também é o entendimento do CREA - PA que em recentes julgados determinou a exclusão de inscrições irregulares e indeferiu a inscrição da 3ª responsabilidade técnica.





## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

Ref. SESSÃO : Plenária Ordinária nº 1101. DECISÃO Nº : 009/2015. PROCESSO Nº : 232.352/2012 (PROT. Nº 241.391/2014) INTERESSADOS : HOTEL FAZENDA SANTA ROSA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA. EMENTA: APROVA o "INDEFERIMENTO DA INCLUSÃO DE TERCEIRA RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EMPRESA PARA O ENGENHEIRO DE MINAS SAMUEL FERREIRA SETTON NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA-PA".

(...)

*"verificamos que o profissional indicado pela Empresa, Engenheiro de Minas SAMUEL FERREIRA SETTON já possui duas outras Responsabilidades Técnicas (RT's): Uma em Santana do Araguaia, por prazo indefinido e outra em Benevides, totalizando 6 horas diárias. Este Relator menciona o fato de que a RT de Santana do Araguaia, distante em linha reta da outra RT mais próxima, Benevides, ser de 917km, ser impeditivo de estar nos locais supracitados. Assim, este Relator INDEFERE O PEDIDO DE 3ª RESPONSABILIDADE TÉCNICA E SUGERE O CANCELAMENTO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA APRESENTANDO, APÓS ESSE CANCELAMENTO, NOVA SOLICITAÇÃO DE RT PARA O EMPREENDIMENTO HOTEL FAZENDA SANTA ROSA COMERCIO E INDUSTRIA DE AGUA MINERAL LTDA - ME".*

Ref. SESSÃO : Plenária Ordinária nº 1106. DECISÃO Nº : 052/2015. PROCESSO Nº : 236122/2014. INTERESSADO : AMAZONTECNOLOGY ENGENHARIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - EPP EMENTA: APROVA o "INDEFERIMENTO DA CONCESSÃO DE TERCEIRA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA A AMAZONTECNOLOGY ENGENHARIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/PA E ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO À GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO PARA PROVIDÊNCIAS ADICIONAIS".

O caso se resume á Terceira Responsabilidade Técnica dos profissionais: Emanuel dos Santos Junior – Engenheiro Eletricista e



## **Construtora M & P LTDA**

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

Alberi de Jesus Lopes Barata – Engenheiro Civil, que já estão registrados como responsável técnico por duas empresas e pretendem a Terceira Responsabilidade, no presente caso pela requerente, ambos já prestam serviços de Responsabilidade Técnica para as empresas PLANA CONSTRUÇÕES E SHIF ENGENHARIA, nos horários respectivos de 07:00h às 11:00h e, 12:30h às 16:30h e disponibilizam para a requerente o exercício da 3ª Responsabilidade Técnica no horário de 17:00h às 21:00h (fls. 69 a 74). Se trata de uma jornada de 12 horas de efetivo trabalho, em 3 turnos de 4 horas para cada empresa. Ressaltamos que, normalmente, as obras de engenharia são realizadas das 07:00h às 17:00h. Casos excepcionais, por exemplo, são obras realizadas em shoppings centers, cujo horário inicia após as 22:00 horas se estendendo noite a dentro

A responsabilidade técnica é limitada pela possibilidade de exercê-la, seja em razão da distância entre os locais de serviços, ou postos de trabalho, seja pelo tempo disponível do profissional, particularmente quando se tratar de responsabilidade por mais de uma empresa ou serviço. A responsabilidade técnica exige participação efetiva do profissional nos trabalhos contratados: é atribuição exclusiva e intransferível do profissional e não de pessoa jurídica. CONCLUSÃO: Da Resolução 336/89 se infere que os profissionais não estão impedidos de trabalhar para a empresa requerente, o que está em discussão é a Terceira Responsabilidade Técnica, que amplia juridicamente a área de atuação da interessada, principalmente, na participação de Licitações Públicas, por outro lado, a Resolução já permite a Responsabilidade Técnica por duas empresas, sendo uma delas a própria firma individual do profissional. A Terceira Responsabilidade Técnica é permitida em casos de comprovada excepcionalidade, que não é o caso, visto que não foi fundamentada objetivamente/documentalmente pela requerente.

A Responsabilidade Técnica é abrangente, não pode ser banalizada pela simples aposição do nome do profissional, exige disponibilidade, presença e fiscalização efetiva e constante. A mesma Resolução, no Art 6º, dá um sentido liminar do seja o Responsável Técnico: a Pessoa Jurídica, para efeito da presente Resolução, que requer registro ou visto em qualquer Conselho Regional, deve apresentar Responsável Técnico que mantenha residência em local que, a





## **Construtora M & P LTDA**

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

critério do CREA, torne praticável a sua participação efetiva nas atividades que a pessoa jurídica pretenda exercer na jurisdição do respectivo órgão regional. (grifo nosso), assim a Resolução explicita como requisitos: a residência local, e participação efetiva nas atividades da pessoa jurídica. Para constar citamos que, o Crea Pa registra atualmente como ativos (anuidade em dias), na área da Engenharia Civil, mais de 5.000 (cinco mil) profissionais e na área da Engenharia Elétrica mais de 1.600 profissionais. Registre-se que o profissional Emanuel dos Santos Júnior – Engenheiro Eletricista, na qualidade de sócio administrador e majoritário constituiu a empresa requerente AMAZONTECHNOLOGY ENGENHARIA desde 23.11.2011 e não consta em 2011, 2012 e 2013, como Responsável Técnico da mesma, nem há registro da empresa no CREA PA. Feita verificação no Sistema

do CREA PA, constam como ativas em 3 nomes do profissional a Responsabilidade Técnica nas empresas SHIFT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP, registro 0000007071, em 09/07/2004 e PLANA CONSTRUÇÕES, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, registro 00006667, em 10/12/2003 e Baixa de Responsabilidade Técnica da empresa ICONE - ENGENHARIA & CONECTIVIDADE LTDA – ME, registro 0000006276 de 13/03/2002 a 22/06/2004. VOTO: Com o exposto somos de PARECER CONTRÁRIO À CONCESSÃO DA TERCEIRA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E QUE O PROCESSO SEJA ENCAMINHADO PARA A GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO PARA PROVIDÊNCIAS ADICIONAIS DE VERIFICAÇÃO SOBRE O PROFISSIONAL EMANUEL DOS SANTOS JUNIOR E A EMPRESA REQUERENTE CNPJ 14.787.830/0001-15, QUE CONSTA COMO REGISTRADA NO CREA SÓ EM 30.10.2014, MAS, QUE TEM DATA DE CONSTITUIÇÃO DESDE 23.11.2011 (FLS. 24)”

Note, ilustre presidente, que o CREA leva em consideração a distância entre os endereços das empresas pelas quais o Engenheiro é responsável técnico para manter seu registro, quando há a incompatibilidade de cumprimento das cargas horárias contratuais, há inclusive a sugestão para que se cancele uma das inscrições.



## **Construtora M & P LTDA**

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

Logo, incompatível a manutenção do responsável técnico em questão pelo fato de que o mesmo não poderá assumir tal função e de que os documentos acostados aos autos comprovam que o mesmo é responsável por três empresas.

Diante do exposto cabe ao menos uma diligência junto ao CREA – PA para averiguação da regularidade das inscrições do engenheiro em questão, visto que a manutenção das inscrições é irregular e passível de exclusão de uma delas.

### **DA AUSENCIA DE ATESTADO E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO.**

Basta verificar os autos do procedimento para verificar que as Certidões de Acervo Técnico – CAT, apresentadas pela empresa não são compatíveis com o objeto licitado.

Ora, a empresa apresentou várias CAT's, entretanto, nenhuma delas é passível de aproveitamento para este processo.

O edital prevê, no item 11.5, claramente a forma de comprovação de capacidade técnica:

**11.5. Documentação Relativa à Qualificação Técnica:**

- a) Comprovação de registro e de quitação no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA da licitante e de sua equipe técnica;
- b) No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, juntamente com a Certidão de Acervo Técnico (CAT/CREA) em nome do Responsável Técnico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de obras ou serviços de características semelhantes as da presente licitação, de conformidade com as limitações estipuladas no inciso I, do § 1º, do art. 3º da Lei Nº. 8.666/93;

Das CATs apresentadas pela empresa temos:

- Duas emitidas por pessoa física (CAT 953 e CAT 952);
- CAT 907 sem o atestado que descreva a obra, ou seja, sem a possibilidade de aferir se abra é compatível com o objeto da licitação.
- CAT 906 sem atestado.

Os documentos apresentados pela empresa não são capazes de comprovar a capacidade técnica da licitante, vezes por que foram emitidos por pessoa física, vezes por que não foi juntado o atestado fornecido pela contratante para a identificação da compatibilidade entre aquele e o objeto desta licitação.





## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

### DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA WHITE TRATORES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA EM CLARA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

#### DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

A empresa não logrou êxito em comprovar sua habilitação jurídica nos termos do edital e a decisão que a habilitou agiu em total descumprimento ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

O edital de convocação é claro no sentido de exigir a apresentação da Constituição da empresa, **bem como de todas as suas alterações contratuais**, ao menos esta é a disposição do item 11.2 – c do edital.

11.2. Documentação Relativa à Capacidade Jurídica:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação. (modelo - Anexo III deste edital);
- b) Registro comercial, se empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas suas alterações contratuais, e Certidão Simplificada Consolidada emitida pela Junta Comercial, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, além da cópia do Estatuto em vigor, devidamente registrado;

A recorrida apresentou somente a quinta alteração contratual, o que certamente contraria às exigências editalícias e deve ser levado em conta pela comissão para a análise da habilitação, não só pela clara afronta ao princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório, como também pela garantia da isonomia entre os participantes.

Conforme já se argumentou, a habilitação das empresas mencionadas é uma afronta aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, princípios estes contemplados no artigo 3º da Lei de Licitações:

“Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”  
(grifou-se)

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm **direito público subjetivo à fiel**



## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

**observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei,** podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. (grifou-se).

Em primeiro lugar, é conhecida de todos a máxima: "O Edital é a Lei interna da Licitação". Assim, as disposições e condições editalícias devem ser cumpridas integralmente, tanto pela Administração quanto pelas empresas licitantes, salvo manifesta ilegalidade. Por este motivo, a licitante considerada vencedora estava obrigada a apresentar Licença Sanitária (ou Declaração de que era isenta desta) dentro dos prazos de validade especificados no Edital.

Caso a Licitante considerasse a exigência de apresentação de todas as alterações contratuais excessiva ou manifestamente ilegal, deveria ter se irresignado em momento oportuno, impugnando esta cláusula editalícia.

Ao não fazê-lo, e ao apresentar uma declaração de concordância com o pleno teor do Edital, restava à licitante cumprir totalmente as exigências editalícias, inclusive a do item 11.2 - c. É este o entendimento dos tribunais pátrios, conforme se pode depreender dos julgados abaixo transcritos:

EMENTA1) DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORME ESCOLAR. BREVIDADE NO PRAZO PARA ENTREGA DE AMOSTRAS. PRAZO PREVISTO NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. a) O risco de a decisão agravada resultar em lesão grave e de difícil recuperação está caracterizado pela alteração das condições iniciais da licitação e consequente comprometimento da entrega do uniforme aos alunos da rede pública de ensino do Município de Almirante Tamandaré. b) Nessas condições, considerando a previsão constante do Edital de que o licitante vencedor deveria apresentar uma amostra e laudo de laboratório no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data do certame, deveria ter a Agravada se prevenido, providenciando tal laudo com antecedência. c) É bem de ver que, tal dispositivo não foi impugnado pela Agravada no momento oportuno, conforme autorizava o item 17, letra 'b', do referido Edital. Sendo assim, a Agravada submeteu-se às suas condições, tendo ocorrido à preclusão lógica para a impugnação de disposição editalícia. d) Portanto, não houve ilegalidade na exigência de apresentação do laudo em três dias úteis, tendo





## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

a Administração Pública observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, procedendo a insurgência do Agravante. 2) AGRADO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

(TJ-PR - RA: 10257379 PR 1025737-9 (Acórdão), Relator: Leonel Cunha, Data de Julgamento: 09/07/2013, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1152 30/07/2013) (Grifou-se)

Não apenas as licitantes estavam vinculadas, ou seja, obrigadas a cumprir todas as exigências do instrumento convocatório, como também, e com ainda mais rigor, a Comissão de Licitação e seu Presidente. Como agente da Administração Pública, esta deveria pautar suas decisões pelo princípio da legalidade estrita, segundo o qual o que não é permitido, é vedado.

Portanto, em fiel observância princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que em outras palavras, afirma que “o Edital é a lei interna da licitação”, o papel da Pregoeira é identificar, sem necessidade de provocação pelas demais licitantes, eventuais descumprimentos de exigências contidas no Edital, procedendo à inabilitação da licitante que descumpriu as disposições do instrumento convocatório. Vejamos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Por força do princípio da vinculação do instrumento convocatório (art. 41 da Lei n. 8.666/93), não pode a Administração deixar de cumprir as normas constantes no edital de licitação, nem o particular se abster de atender às exigências ali estabelecidas. Assim, não se verifica a ocorrência de fumus boni iuris e periculum in mora. O indeferimento da liminar fica mantido. AGRADO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70056903388, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 04/12/2013) (Grifou-se)  
(TJ-RS - AI: 70056903388 RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 04/12/2013, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/12/2013)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (EDITAL). IMPOSSIBILIDADE DE MANTER NO CERTAME CONCORRENTE DESCUMPRIDOR DAS DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS. SEGURANÇA DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. 1.O princípio da vinculação



## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJAS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

ao instrumento convocatório deve ser observado pela Administração e pelos licitantes. 2. É inviável manter em certame licitatório concorrente que descumpra as disposições do edital, deixando de apresentar a caução necessária no prazo do instrumento editalício. 3. SEGURANÇA DENEGADA. Decisão unânime.

(TJ-PE - MS: 122555920118170000 PE 0012255-59.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 09/11/2011, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Data de Publicação: 214/2011) (Grifou-se)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DISPENSA DA PROPONENTE DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL DO CERTAME. ILEGITIMIDADE DO ATO. I - Como um dos princípios regentes do procedimento licitatório, o princípio da vinculação ao edital obriga não só os licitantes como também a Administração, com a devida observância ao tratamento isonômico entre os licitantes, devendo o julgamento das propostas pautar-se exclusivamente por critérios objetivos definidos no edital. II - Em observância a tal princípio, a Administração não pode dispensar proponente da apresentação dos documentos exigidos no edital de regência do certame. II - Remessa oficial desprovida. (Grifou-se)

(TRF-1 - REOMS: 6627 DF 2001.34.00.006627-0, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 26/02/2007, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 07/05/2007 DJ p.61)

Diante do exposto cumpre requerer que esta Comissão observe às exigências do edital e inabilite a empresa recorrida, por descumprimento do item 11.2-c.

### DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em que pese a apresentação de uma declaração de aceitação de inclusão na equipe técnica da empresa por parte de dois engenheiros, não vislumbramos que os mesmos tenham aceitado expressamente, nos termos do item 11.5 - d, sua indicação como responsáveis técnicos.

Notem que o edital exige a declaração expressa e não a suposta ou subentendida, bem como não há espaço aqui para interpretações, devendo tão somente a comissão verificar a existência ou não da referida declaração.





## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

### DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA CACTUS CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E INCORPORAÇÕES LTDA EPP EM CLARA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

DA FRAUDE NA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

A empresa em questão incorreu em grave falta quando apresentou-se como Empresa de Pequeno Porte e requereu seu enquadramento como tal.

Ocorre que a empresa possui um faturamento bruto, registrado no Balanço Patrimonial da empresa, documento de folhas 0749,, juntado aos autos por ocasião da habilitação, do qual consta o valor **de R\$7.746.350,06** (Sete milhões setecentos e quarenta e seis mil trezentos e cinquenta reais e seis centavos) valor este extremamente superior ao valor de faturamento que permite a concessão dos benefícios da Lei Complementar 123.

Ora, fazer declaração falsa, documento de folhas 0662, em procedimento licitatório para se utilizar de benefícios aos quais não faz jus é crime e deve, certamente, ser tratado como tal, fraudar procedimento licitatório é crime previsto no artigo 90 da Lei de licitações e deve receber desta administração tratamento severo, com a aplicação das sanções que o caso requer.

Requeremos a inabilitação da empresa por fazer declarações falsas com o intuito de gozar de benefícios aos quais não tem direito.

### DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

A empresa não logrou êxito em cumprir com os requisitos do item 11.4 – d e g do edital de licitação, ou seja, não apresentou a comprovação de recolhimento da garantia exigida pelo edital, sendo esta a Declaração de Caução emitida pela PMCC.

O edital prevê claramente que no caso de seguro garantia é necessário que o mesmo seja apresentado à Prefeitura antes da licitação para a emissão de declaração de sua regularidade. Tal declaração deve constar dos documentos de habilitação da empresa, o que não ocorreu.



## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

d) Apresentar garantia da proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado pela Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, nas mesmas modalidades previstas no caput e § 1º do Art. 56 da Lei das Licitações com comprovante apresentado juntamente com os Documentos de Habilitação (ENVELOPE "01" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), observando-se as seguintes formas:

(...)

- g) Seguro Garantia, emitido por empresa devidamente licenciada para funcionar em território nacional, com especificação do beneficiário como sendo a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás com validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data designada para abertura dos envelopes, devendo ser prorrogada caso seja necessária prorrogação da validade das propostas. Cujas comprovação será realizada através de DECLARAÇÃO DE CAUÇÃO emitida pela PMCC após a aferição da plena regularidade da garantia apresentada;

Observando os autos do procedimento verificamos que a empresa em um primeiro momento apresentou a referida declaração, porém com a mudança da data de abertura do procedimento e a necessidade de realização de endosso para a alteração da vigência da apólice, seria necessária a apresentação do endosso e a emissão de nova declaração de caução, visto tratar-se de um novo documento com alterações nos seus termos.

A empresa não apresentou a referida declaração e não pode portanto continuar habilitada, em razão de que não cumpriu com os requisitos do edital. O recibo de caução apresentado às folhas 0755, foi emitido em 21 de julho de 2015, e certamente não diz respeito a apólice que foi emitida em 30 de julho de 2015 constante da folha 0762 deste procedimento. Por óbvio que não há como protocolar um documento antes de sua existência.

Cumprir lembrar que outras empresas cumpriram com o requisito, fazendo, inclusive o protocolo do endosso, conforme verificamos nos autos às fls.1380. Logo, por respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os participantes deve a empresa ser inabilitada.

### DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em que pese a apresentação de uma declaração de aceitação de inclusão na equipe técnica da empresa por parte de dois engenheiros, não vislumbramos que os mesmos tenham aceitado expressamente, nos termos do item 11.5 – d, sua indicação como responsáveis técnicos.





## Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE  
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35  
EMAIL: [construtoramp@bol.com.br](mailto:construtoramp@bol.com.br) CELULAR: (094)9134-4551

Notem que o edital exige a declaração expressa e não a suposta ou subentendida, bem como não há espaço aqui para interpretações, devendo tão somente a comissão verificar a existência ou não da referida declaração.

### DOS PEDIDOS

Ante ao supra arrazoadado, esta recorrente requer:

- 1 - Seja este recurso recebido e reconhecido por esta douta Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, sobrestando-se o presente feito até a publicação da decisão administrativa final para fins de:
  - a) Prosseguir com o certame da Tomada de Preços 004/15, declarando a inabilitação das empresas recorridas e determinando a abertura do envelope de propostas para finalmente definir a adjudicação do objeto do certame à vencedora para a celebração do contrato de prestação de serviços deste procedimento.
  - b) Vem requerer de plano o desenquadramento da empresa Cactus da condição de Empresa de Pequeno Porte e a apuração dos fatos por meio do competente processo administrativo para a aplicação das sanções pertinentes aos fatos narrados nesta peça.

Em não sendo recebida e/ou reconhecidos os pedidos insertos acima, requer seja o presente recurso encaminhado à autoridade hierarquicamente superior, no interregno e formas legais.

Caso seja ao final indeferido o presente recurso, protesta desde já pela cópia integral do processo para fins de encaminhamento de representação ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

Protesta-se ainda que, toda decisão decorrente do presente recurso, seja formalmente comunicada à recorrente, através do e-mail: [karlaizabel\\_adv@hotmail.com](mailto:karlaizabel_adv@hotmail.com).

Termos em que,  
Pede deferimento.

Canaã dos Carajás (PA), 21 de agosto de 2015.

*Poliana Neres de Sousa Silva*  
Poliana Neres de Sousa Silva